

Título do capítulo

CAPÍTULO 6 – DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO
BRASILEIRO: RONDÔNIA

Equipe técnica

Tatiana Dias Silva
Angelina Parreiras

DOI

<http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-072-1/capitulo6>

Título do livro

DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE NA REGIÃO
NORTE DO BRASIL

Organizadora

Maria Paula Gomes dos Santos

Volume

-

Série

-

Cidade

Brasília

Editora

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Ano

2024

Edição

-

ISBN

978-65-5635-072-1

DOI

<http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-072-1>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2024

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: RONDÔNIA¹

Equipe técnica

Tatiana Dias Silva²

Angelina Parreiras³

Sistematização de dados estatísticos e produção de mapas

Milena Machado dos Reis⁴

Karolina Armstrong⁵

Paloma Palmieri⁶

1 INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo descrever e analisar as dinâmicas de violência que têm se estabelecido no estado de Rondônia. Para este estudo, a referência principal são os dados sobre homicídios, como indicadores máximos da violência, sem, contudo, se desconhecem as diferentes modalidades de crime e o potencial de insegurança, medo e violência que promovem. Com efeito, procura-se, a partir de sua repercussão extrema, compreender os processos que têm produzido violência no estado, seus antecedentes e articulações, como forma de apropriar-se do processo, para ampliação do debate público sobre esses determinantes e, conseqüentemente, serem mobilizadas possibilidades de intervenção mais exitosas.

Embora Rondônia apresente a menor taxa média de homicídios na região Norte, o estado tem se destacado pelos conflitos e crimes no campo. O recente assassinato de três camponeses em área ocupada pela Liga dos Camponeses Pobres (LCP), em conflito com a Polícia Militar do Estado de Rondônia (PM-RO) e Força Nacional (Camargos, 2021), exemplifica bem o ciclo de violência no campo que o estado vivencia. De fato, são ainda reflexos não apenas de chacinas – como o

1. Originalmente publicado como: Silva, T. D.; Parreiras, A. *Dinâmicas da violência no território brasileiro*: Rondônia. Brasília: Ipea, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11985/4/221671_RI_Dinâmicas da Violência Rondônia.pdf. Acesso em: 6 mar. 2024.

2. Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea). *E-mail*: tatiana.silva@ipea.gov.br.

3. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mails*: angelina.silva@ipea.gov.br; angelinamparreiras@gmail.com.

4. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: villeramilena@gmail.com.

5. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: karolina.armstrong@ipea.gov.br.

6. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: paloma.alves@ipea.gov.br.

massacre de Corumbiara, em 1995 —, mas também de toda uma complexa rede de crimes e tensões que está associada a um processo de cercamento do campo, avanço da fronteira agropecuária e disputas agrárias em que o Estado, além de não conseguir mediar a contento e estabelecer justiça, regras e controles, não raro agrava os conflitos.

Adiciona-se a esse cenário histórico de desavenças a situação fundiária confusa, imprecisa, que negligenciou a regularização no campo, e que, ao flexibilizar constantemente esse ordenamento, amplia o espaço de conflitos, potencializa a degradação ambiental. Cria-se ainda a expectativa de vantagens para aqueles que infringem a lei com a certeza da impunidade e de benefícios futuros, a ponto de praticarem suas ações ilícitas à luz do dia, como denunciou o *site* de notícias BBC News Brasil ao flagrar inúmeros anúncios de venda, em rede social, de frações de áreas protegidas (Fellet, 2021).

Além dos problemas estruturantes que marcam a colonização e o desenvolvimento de Rondônia, o estado não está imune à dinâmica da violência em nível nacional, especialmente com a expansão de redes criminosas concentradas, mas não exclusivas, de tráfico de drogas. Sua posição fronteiriça, inclusive de áreas próximas produtoras de drogas, especialmente na Bolívia, mas também no Peru, aliada a um período de maior cerco a esses grupos criminosos no Sudeste, favoreceu a sua inclusão na teia de atuação de facções nacionais, bem como o desenvolvimento e a operação de grupos locais. Tanto a remoção de lideranças das facções do Sudeste para presídios federais na região Norte quanto as péssimas condições que marcaram (e ainda marcam) o padrão de encarceramento brasileiro também são apontadas como elementos que dinamizaram o contexto de organização da criminalidade na região e no estado. Rondônia tem seu sistema prisional marcado pela chacina na Casa de Detenção José Mário Alves, Urso Branco, em 2002, cujas consequências da denúncia na Comissão Interamericana de Direitos Humanos promoveram pactos por ajustes que ainda estão em implementação. O que se verifica na atualidade é a conexão desse crime organizado a outras práticas ilícitas, na busca pelo domínio de territórios, aniquilação de grupos rivais, ganhos de escala e estratégias de fuga de controles policiais.

Para detalhar esses conflitos e outros fenômenos que têm contribuído para seu agravamento, este capítulo está dividido em mais cinco seções. A próxima apresenta dados territoriais do estado, e a seguinte, dados sobre a violência, em perspectiva histórica e comparativa. Na seção 4, são apresentados os principais conflitos e atividades relacionadas, que, na nossa compreensão, têm conduzido aos indicadores apresentados. A seção 5 trata da política de segurança pública nos últimos anos. Na seção 6, são apresentadas as considerações finais, limites desta análise e possibilidades de investigação futura.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIOECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS

Rondônia é fruto do Tratado de Petrópolis, acordo que disponibilizou as terras do Acre para o Brasil em troca da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. O estado, localizado na região Norte, é resultado do desmembramento de dois outros estados – Amazonas e Mato Grosso. Rondônia se constituiu em ciclos econômicos e migrações. O primeiro (1907 a 1912) foi o da construção da estrada de ferro, momento em que pessoas de vários países e Unidades Federativas brasileiras vieram trabalhar na obra e permaneceram na área que hoje é o estado de Rondônia. Nesse período, tem início a corrida ao chamado “ouro negro” (borracha), que trouxe inclusive grande quantidade de nordestinos aos seringais. Em seguida, década de 1950, o ciclo do garimpo de diamante, cassiterita e ouro. E por último, entre as décadas de 1960 a 1980, a migração de famílias em busca do novo eldorado: terras férteis de Rondônia. O território federal de Guaporé recebeu o nome de Rondônia, em homenagem ao marechal Cândido Rondon, explorador da região. Em 22 de dezembro de 1981, foi elevado à categoria de estado.⁷

Rondônia possui 52 municípios e ocupa uma área de 237.765,347 km². O Censo Demográfico 2010 contabilizou uma população de 1.562.409 pessoas e estima-se que atualmente a população do estado seja de 1.815.278 habitantes,⁸ sendo o terceiro estado mais populoso da região Norte e o 23º do Brasil. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município mais populoso é a capital do estado, Porto Velho, com 548.952 habitantes, seguido por Ji-Paraná (131.026), Ariquemes (111.148), Vilhena (104.517) e Cacoal (86.416) (IBGE, 2021). No território nacional, Rondônia faz fronteira com Mato Grosso (leste), Amazonas (norte) e Acre (oeste); além disso, possui limites na fronteira internacional do Brasil com a Bolívia (a oeste e ao sul).

A economia de Rondônia é voltada principalmente à agricultura e ao extrativismo vegetal e mineral. Para tanto, o estado conta com uma vasta malha viária composta por rodovias, hidrovias e o porto de Porto Velho. O subsistema rodoviário de Rondônia interliga, basicamente, Porto Velho às capitais do Acre e de Mato Grosso, por meio da BR-364, e à capital do Amazonas via BR-319. Outras malhas rodoviárias importantes são: a BR-174, que liga Vilhena ao estado de Mato Grosso; a BR-421, que liga Ariquemes, no entroncamento com a BR-364, a Guajará-Mirim; e a BR-429, que liga Costa Marques, na margem do rio Guaporé, à BR-364, passando por São Miguel do Guaporé e Alvorada do Oeste.

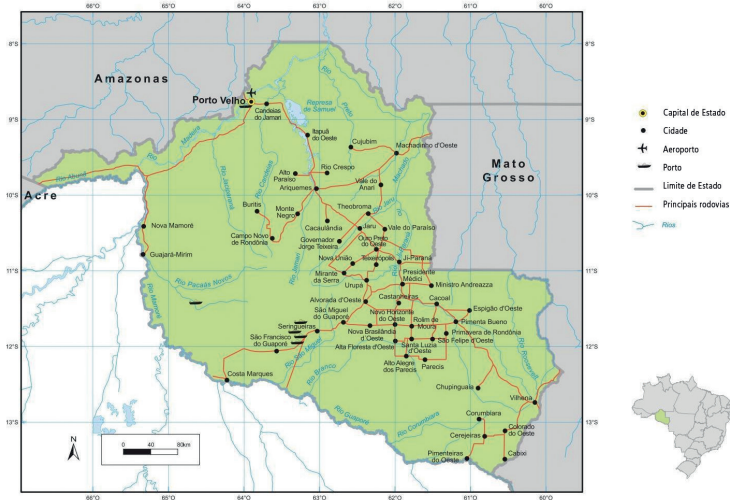
O subsistema hidroviário é constituído pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé. O rio Mamoré constitui uma opção de ligação internacional, pois é navegável desde Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia, até Porto Grether (Bolívia), num

7. Governo do Estado de Rondônia. História. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/diof/sobre/historia/>. Acesso em: nov. 2022.

8. Panorama Brasil/Rondônia. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/panorama>. Acesso em: set. 2022.

estirão de 1.460 km. O rio Guaporé é navegável por cerca de 1.180 km, desde sua foz no Mamoré até a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, em Mato Grosso. O porto de Porto Velho está localizado a 2 km da cidade de Porto Velho, na margem direita do rio Madeira. Conta com acessos rodoviários, pelas BRs 319, 364 e 425; e fluvial, pelo rio Madeira.⁹

MAPA 1
Estado de Rondônia



Fonte: IBGE. Disponível em: http://geoftp.ibge.gov.br/produtos_educacionais/mapas_tematicos/mapas_do_brasil/mapas_estaduais/politico/rondonia.pdf.

No que tange à composição populacional do estado, as projeções do IBGE para 2022 apontam que 49,52% da população de Rondônia são mulheres e 50,48%, homens.¹⁰ Em termos etários, segundo o Censo 2010, 56,13% da população é jovem (de 0 a 29 anos), 36,66% está na faixa etária adulta (de 30 a 59 anos) e 7,22% é idosa (mais de 60 anos). No que se refere à dimensão raça/cor, os dados disponíveis indicam que, em 2010,¹¹ 55,63% da população se declarava como parda, 35,32% branca, 6,85% preta, 0,77% indígena e 1,40% amarela; 0,10% não declarou.

9. Infraestrutura: transporte em Rondônia. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/pt-br/centrais-de-conteudo/ro-2000.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2022.

10. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/pesquisa/53/49645?ano=2022>. Acesso em: nov. 2022.

11. Censo Demográfico 2010: tabela 2094 – população residente por cor ou raça e região. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2094#n1/all/n2/all/n3/all/v/1000093/p/last%201/c86/allxt/c133/0/d/v1000093%201/l/v,p+c86,-t+c133/resultado>. Acesso em: nov. 2022.

De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE,¹² a taxa de formalização da força de trabalho no estado é de 56,24%, abaixo da média nacional, de 59,91% (2022). Por seu turno, a taxa de desocupação, em 2021, era de 10%, alguns pontos abaixo da média nacional (13,8%). O estado aparece como a segunda Unidade da Federação (UF) menos desigual do Brasil, com o índice de Gini de 0,46 em 2022.¹³ No entanto, Rondônia ocupa a 16ª posição no *ranking* da pobreza, com 31,65% da sua população nesta situação em 2021, segundo dados do Mapa da Pobreza (Neri, 2022).

A distribuição de terras no estado e as lacunas fundiárias deixadas desde a sua colonização são indicadores importantes para compreender os processos conflituosos em Rondônia. Segundo relatório elaborado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), estima-se que Rondônia seja responsável por 60% das áreas sem informação fundiária na Amazônia Legal (Brito *et al.*, 2021b). Ou seja, 27% do território rondoniense não possui destinação, ou não há informação a respeito. Desse território, cerca de 90% pertencem à União, pois, na criação do estado de Rondônia, em 1981, essas terras não foram registradas em nome do estado. Os 73% de área destinada estão distribuídos em: 21% de terras indígenas (TIs); 13% de imóveis privados (desconsiderando-se dados do Cadastro Ambiental Rural – CAR, que são autodeclaratórios e não informam publicamente se foram titulados); 21,5% de unidades de conservação (UCs);¹⁴ 17,5% de projetos de assentamento; 4,9 mil hectares de territórios quilombolas; 63 mil hectares de florestas públicas brasileiras; e 13 mil hectares de área militar (Brito *et al.*, 2021a).

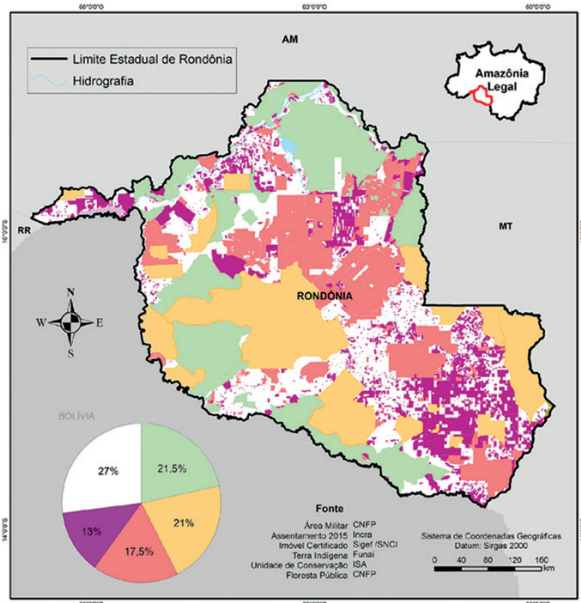
12. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/pesquisa/45/92875>. Acesso em: nov. 2022.

13. O índice de Gini é um instrumento matemático utilizado para medir a desigualdade social de um determinado país, Unidade Federativa ou município. Sua escala varia de 0 (quando não há desigualdade) a 1 (com desigualdade máxima).

14. Desconsiderando-se as áreas de proteção ambiental (APAs).

MAPA 2

Distribuição das áreas destinadas, por situação fundiária – Rondônia



Situação fundiária	Cor no mapa	Hectares	Estado (%)
UC (exceto área de proteção ambiental)		5.080.965	21,5
Terra indígena		5.004.462	21,0
Projeto de assentamento		4.148.080	17,5
Imóvel privado		3.103.618	13,0
Floresta pública ¹		63.062	-
Área militar ¹		13.284	-
Território quilombola ¹		4.900	-
Total de áreas não destinadas ou sem informação de destinação		6.358.166	27,0
Total de áreas destinadas²		17.418.371	73,0
Área total de Rondônia		23.776.537	100,0

Fonte: Brito *et al.* (2021a, p. 10).

Notas: ¹ Percentual inferior a 0,5%.

² Eliminando-se as sobreposições.

Um aspecto importante do estado é a existência de UCs, que totalizam 26% do seu território (62.813 km²), com 57 UCs, sendo 42 estaduais.¹⁵ Não houve incrementos de áreas protegidas em Rondônia desde a década de 1990; as UCs contam com poucos servidores e baixa implementação dos mecanismos de gestão e conservação. Entre 2002 e 2010, foram revogadas treze UCs estaduais. Em 2014, houve tentativa de revogação de mais quatro UCs pela Assembleia Legislativa, frustrada pela Justiça.

15. Entre as UCs estaduais, 35 são de UCs sustentáveis, sendo duas APAs, doze florestas estaduais de rendimento sustentável (Fers) e 21 reservas extrativistas – Resex (Cardozo *et al.*, 2017).

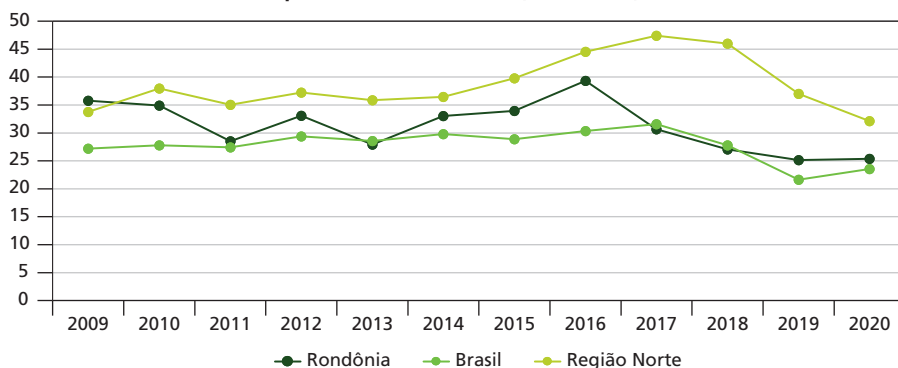
As revogações teriam sido motivadas pelas atividades consolidadas de agropecuária, mineração e empreendimentos hidroelétricos. Importa destacar que, nas UCs ou nas 26 TIs do estado, ainda se verificam grandes faixas de florestas ameaçadas por um processo contínuo de desmatamento (Cardozo *et al.*, 2017).

3 TAXAS DE HOMICÍDIOS E DADOS CRIMINAIS

Rondônia tem apresentado queda nas taxas de homicídios e indicadores inferiores àqueles verificados na região Norte, acompanhando a tendência nacional, especialmente na última década (em que pesem as observações relativas ao aumento das mortes por causas indeterminadas). A região Norte, na contramão, vivencia expressiva elevação das taxas de homicídios ao longo da série histórica (gráfico 1).

GRÁFICO 1

Taxas de homicídios, por 100 mil habitantes (2009-2020)



Elaboração: Pool de análise de dados da Diest/Ipea.

Obs.: 1. Números de homicídios extraídos do Tabnet/Datasus/Ministério da Saúde (MS).

2. População obtida de População residente – Estimativas para o Tribunal de Contas da União – TCU (Tabnet/Datasus/MS).

Ainda assim, Rondônia continua com históricos intensos e estruturantes de conflitos violentos. De seus 52 municípios, dezoito apresentaram médias de homicídios acima das nacionais entre 2018 e 2020.¹⁶ Na tabela 1, podemos observar que o município de Monte Negro aparece como a região mais violenta do estado no período considerado, com taxa de 54,7 homicídios por 100 mil habitantes, seguido por Vilhena (39,1), Rio Crespo (35,4), Vale do Paraíso (34,2), Chupinguaia (32,8), Ariquemes (32,8) e Candeias do Jamari (32,5). Porto Velho aparece em oitavo lugar, com taxa de 30,1 homicídios por 100 mil habitantes. Os municípios de Monte Negro, Ariquemes e Rio Crespo ficam localizados em áreas destinadas a projetos de assentamento; assim, os processos conflituosos da região podem estar ligados às disputas fundiárias. Chupinguaia e Vilhena estão

16. Segundo dados disponibilizados pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM)/Datasus, a média brasileira de homicídios, no período considerado, é de 24,3 por 100 mil habitantes (tabela B.2 no apêndice B).

próximos de Mato Grosso (Vilhena faz fronteira direta com Mato Grosso, e é centro da espacialização do agronegócio no cone sul do estado). Essa proximidade contribui para os conflitos relacionados à expansão das fronteiras agrícolas entre os estados. Outro ponto importante é o trajeto do tráfico na região. Vilhena, junto com Ariquemes, foi um dos primeiros municípios a registrar a presença do Comando Vermelho (CV) no estado de Rondônia. Por fim, Candeias do Jamari pertence à região metropolitana (RM) de Porto Velho, áreas de intensos conflitos fundiários e entre facções criminosas.

TABELA 1
Taxa média de homicídios, por 100 mil habitantes (2018-2020)¹

Grupos	Municípios
I 0 a 10,91	Costa Marques, Novo Horizonte do Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Cabixi, Castanheiras e Pimenteira do Oeste.
II 11,25 a 24,36	Mirante da Serra, Teixeiraópolis, Corumbiara, Cerejeiras, Alto Paraíso, São Miguel do Guaporé, Cacaulândia, Campo Novo de Rondônia, Pimenta Bueno, Rolim de Moura, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná, Presidente Médici, Espigão D'Oeste, Cacoal, Guajará-mirim, Ministro Andreazza, Governador Jorge Teixeira, Colorado do Oeste, Machadinho D'Oeste, Alvorada D'Oeste, Theobroma, Itapuã do Oeste, Cujubim, Urupá, Nova União, São Felipe D'Oeste, Primavera de Rondônia, São Francisco do Guaporé e Seringueiras.
III 25,66 a 39,06	Santa Luzia D'Oeste, Jaru, Nova Brasilândia D'Oeste, Vale do Anari, Parecis, Alto Alegre dos Parecis, Buritis, Nova Mamoré, Alta Floresta D'Oeste, Porto Velho, Candeias do Jamari, Ariquemes, Chupinguaia, Vale do Paraíso, Rio Crespo e Vilhena.
IV 54,67	Monte Negro.

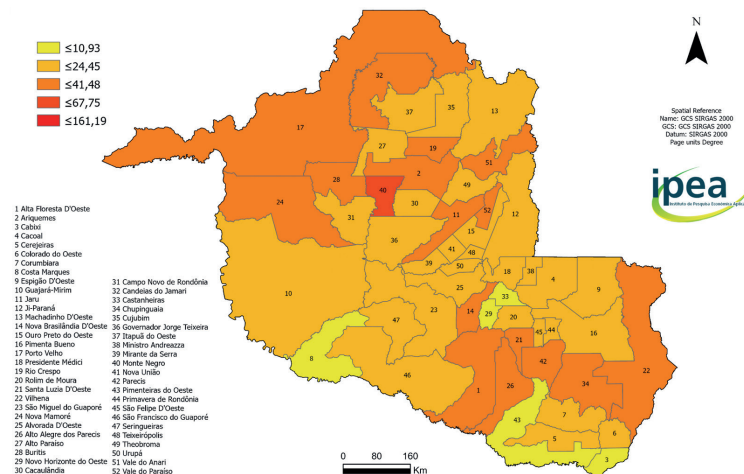
Elaboração: *Pool* de análise de dados da Diest/Ipea.

Nota: ¹ Na tabela B.1 do apêndice B, podemos visualizar as taxas trienais de homicídios por 100 mil habitantes, entre 2018 e 2020, dos 52 municípios de Rondônia.

Obs.: 1. Números de homicídios extraídos do Tabnet/Datasus/MS.

2. População obtida de *população residente estimativas* para o TCU (Tabnet/Datasus/MS).

MAPA 3
Mapa de calor: taxa média de homicídios – Rondônia (2018-2020)



Fonte: Tabnet/Datasus/MS.

Elaboração: *Pool* de análise de dados da Diest/Ipea.

Mesmo apresentando as menores taxas de homicídios da região Norte, Rondônia registra dados expressivos de violência no campo. Conforme relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2021, dos 35 assassinatos no campo no Brasil, onze aconteceram em Rondônia – incluindo três mortes de camponeses em ação da Força Nacional e PM-RO em área ocupada pela LCP.

Cabe observar que Rondônia se destaca entre os estados onde são violentadas mais mulheres no Brasil, com altas taxas de estupro e estupro de vulnerável, de 50,8 por 100 mil habitantes em 2021 (mesmo se observando uma queda de 2019 para 2021, os números ainda são alarmantes). O estado também se destaca negativamente pelas altas taxas de lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica, com médias de 453,6 casos por 100 mil habitantes entre 2019 e 2021.¹⁷ Outro componente que suscita alerta são as taxas de pessoas desaparecidas. Mesmo que essas taxas tenham caído de 2019 a 2021, a média de 61,5 desaparecimentos por 100 mil habitantes, no período considerado, ainda é preocupante (FBSP, 2022b).

TABELA 2

Taxas de violência, por 100 mil habitantes – Rondônia (2019-2021)

Indicadores	2019	2020	2021
Homicídios dolosos ¹	20,4	21,1	23,2
Tentativas de homicídio	38,0	39,1	36,4
Latrocínios	0,8	0,7	1,0
Lesões corporais seguidas de morte	0,2	0,1	0,2
Pessoas desaparecidas	70,5	59,9	54,2
Mortes decorrentes de intervenções policiais	1,2	1,1	0,6
Policiais mortos em confronto (em serviço e fora de serviço)	0,3	0,7	0,3
Feminicídios	0,8	1,6	1,8
Homicídios femininos	3,3	6,3	5,5
Estupros e estupros de vulneráveis ²	60,9	51,9	50,8
Lesão corporal dolosa – violência doméstica	430,1	485,1	445,6

Fonte: FBSP (2022a).

Notas: ¹ Incluindo feminicídio (FBSP, 2022a).

² Os dados informados correspondem ao número total de vítimas de estupro e estupro de vulnerável consumados. A Lei Federal nº 12.015/2009 altera o conceito de “estupro”, passando a incluir, além da conjunção carnal, os “atos libidinosos” e “atentados violentos ao pudor” (FBSP, 2022a).

Mais recentemente, considerando-se o ano de 2021, amplia-se o número de municípios do estado com taxa de homicídio acima da nacional. Segundo os dados do Observatório do Desenvolvimento Regional, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Sepog/RO), naquele ano, dos 52 municípios de Rondônia, 21 registraram taxas de mortes violentas por 100 mil habitantes acima da média

17. Para mais dados sobre violência contra mulher, ver as tabelas B.5, B.6, B.7 e B.8 no apêndice B.

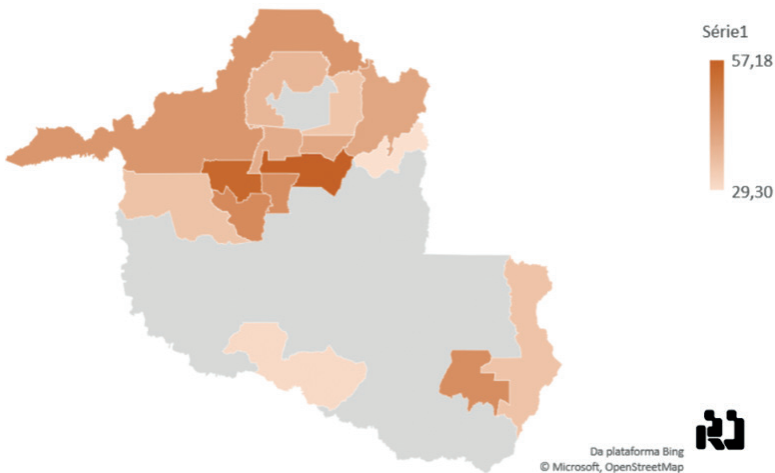
nacional, que foi de 21,7 (Jacarandá, 2022a). Destacam-se os municípios de Urupá, com taxa de 72,2 homicídios por 100 mil habitantes, seguido por Castanheiras (68,42) e Chupinguaia (51,04). Porto Velho aparece em 12º, com taxa de 32,79 por 100 mil habitantes.¹⁸

Jacarandá (2022a) avalia que, nos últimos 25 anos (1996-2020), as taxas mais altas de homicídios em Rondônia estiveram concentradas na região de Porto Velho, Ariquemes e no Cone Sul (figura 1A). No entanto, no ano de 2021, é possível perceber um deslocamento das altas taxas de mortes violentas para a região central do estado (figura 1B), indicando uma interiorização da violência (Jacarandá, 2022a). Este fluxo encontra correspondência com o processo de avanço da fronteira agrícola do cone sul para as demais regiões do estado, além de outras dinâmicas criminosas ligadas à produção de rotas para escoamento de drogas, especialmente das regiões de fronteira para outras partes do território nacional.

FIGURA 1

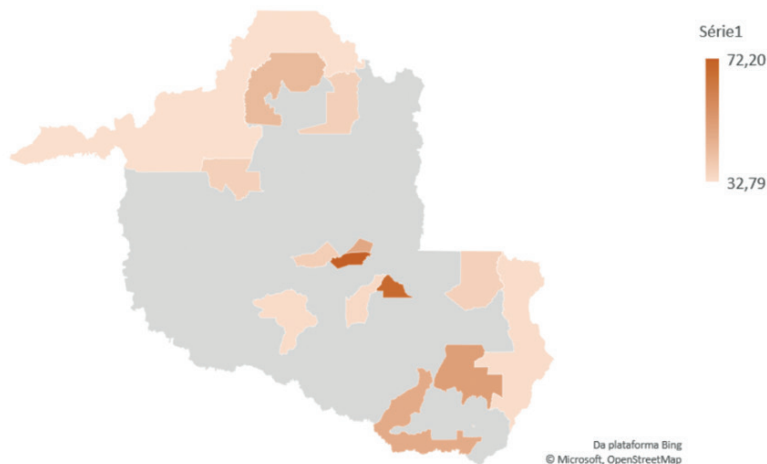
Taxa de homicídios dos municípios mais violentos de Rondônia

1A – 1996 a 2020



18. Os demais municípios são: Teixeiraópolis (48,08), Pimenteiras do Oeste (47,01), Candeias do Jamari (42,75), Mirante da Serra (37,41), Cerejeiras (37,29), Cujubim (36,86), Buritis (36,55), Espigão D'Oeste (36,35), Nova Brasilândia D'Oeste (34,14), Seringueiras (33,77), Vilhena (33,49), Ji-Paraná (32,05), Corumbiara (28,36), Presidente Médici (27,53), Colorado do Oeste (26,29), Vale do Anari (25,99) e Alto Paraíso (22,46), de acordo com Jacarandá (2022a).

1B – 2021



Fonte: Jacarandá (2022a).

4 PRINCIPAIS CONFLITOS E ATIVIDADES RELACIONADAS

4.1 Conflitos pela ocupação e pelo uso da terra

A ocupação de terras na Amazônia tem sido analisada a partir de dois períodos: da década de 1970 a 1990; e dos anos 1990 até os dias atuais. O primeiro período é caracterizado pela expansão da fronteira interna, com busca por modernização da região a partir do avanço da produção agropecuária. Este processo, segundo Costa Silva e Dandolini (2018), apoiados em Osório (1978), recebe o suporte do Estado para a frente capitalista, em forma de concessões e empréstimos, e alcança uma arena conflituosa para os camponeses e populações mais vulneráveis. Os autores pontuam que a Amazônia, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, passou por um período expressivo de expansão e fechamento de fronteiras, em que as terras livres passaram a ser apropriadas pelas frentes capitalistas e camponesas. O fechamento da fronteira e as novas dinâmicas de mercado que se impuseram na região são responsáveis por um fluxo migratório para as cidades e pela intensificação dos conflitos no campo.

Em síntese, a modernização da agropecuária brasileira, iniciada a partir da década de 1960, representou a inserção mais concreta da lógica no capital na apropriação dos recursos naturais da Amazônia, na transformação dos territórios culturais dos povos e comunidades tradicionais, o que resultou em grilagens de áreas públicas e na mercantilização da terra, fenômeno social relacionado à violência e aos conflitos agrários (Costa Silva e Dandolini, 2018, p. 469).

Como afirma Costa Silva (2022), a partir da década de 1960, com a ditadura militar, iniciou-se o processo de incorporação da Amazônia a uma lógica agrária vigente, desconfigurando os arranjos sociopolíticos existentes. A conjunção entre urbanização e migração gerou fluxos expressivos tanto para os projetos de grandes obras como para a colonização agrária. O fluxo migratório passou também a pressionar por novos espaços, uma vez que as cidades passaram a funcionar como “salas de espera” para a demanda de assentamentos e, de modo mais imediato, como mão de obra para os grandes projetos de “modernização” da região. No entanto, salienta que, a despeito dos problemas identificados nesse processo, ele ainda contou com acesso à terra para camponeses e com baixa gestão estatal sobre grande parte das terras devolutas. Nesse período, configura-se uma integração verticalizada de territórios da Amazônia à lógica das *commodities* e da modernização da agricultura (Souza, 2021).

No segundo momento, da década de 1990 ao período atual, observa-se a expansão de duas lógicas contraditórias. Enquanto o Estado passava a controlar mais a região, por meio da política ambiental e da proteção de territórios, especialmente aqueles previstos na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), avançou-se também a fronteira agrícola, com apoio estatal em financiamentos e infraestrutura (Costa Silva, 2022). Em Rondônia, a implantação da hidrovía do Madeira¹⁹ e do porto de grãos na capital representam um marco na expansão do agronegócio na região, especialmente concentrado na região de Vilhena,²⁰ próximo a Mato Grosso, que reúne condições de proximidade, logísticas e agrícolas propícias à expansão da soja. A produção de soja em Rondônia tem crescimento vertiginoso. Nas últimas duas décadas, multiplicou-se em mais de quarenta vezes: “na safra de 1997/98 a área cultivada com soja em Rondônia foi de 7,8 mil hectares. Em duas décadas multiplicou mais de 40 vezes chegando a 334 mil hectares na safra 2018/19. No mesmo período, a produção saiu de 14 mil para 1,1 milhão de toneladas” (Souza, 2021, p. 701).

A ocupação do estado esteve baseada em projetos de colonização do governo militar, na gestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e no modelo dos projetos integrados de colonização (PICs), que estimulava a migração de camponeses do Sul e Sudeste para assentamentos voltados à agropecuária, com assistência técnica pública. A estratégia seguinte, por meio dos projetos de assentamentos dirigidos (PADs), tinha como foco médios e grandes empresários, para os quais foram distribuídas terras mediante comprovação de capacidade técnica e sem o mesmo apoio governamental, por meio de contrato de alienação de terras públicas (CATPs). Outros instrumentos foram adotados, como

19. “A hidrovía do Madeira faz a ligação do porto de Porto Velho-RO aos portos de Itacoatiara-AM e Santarém-PA, fazendo a logística hidroviária de mercadorias e insumos globais e nacionais” (Souza, 2021, p. 700).

20. Municípios de Vilhena, Cabixi, Colorado do Oeste, Chupunguaia, Corumbiara, Cerejeiras e Pimenteiras do Oeste.

licitações de terra em concessões e leilões (Souza, 2021), inclusive com formação de grandes latifúndios improdutivos para especulação. Muitas dessas terras foram abandonadas na ausência de pagamento dos contratos e se configuraram em espaços de conflitos no estado. Essa dinâmica de distribuição de terras esteve presente de 1970 a 1994, momento em que se verificou seu arrefecimento e redirecionamento. Mais recentemente, o processo de colonização agrícola na Amazônia promoveu uma transição do extrativismo para a agropecuária, com consequências como desmatamento, avanço sobre terras protegidas, conflitos agrários e expansão do número de estabelecimentos rurais, com grande concentração de terras. Não obstante, Rondônia enfrenta ainda elevados níveis de conflitos agrários e rurais, uma vez que seu modelo de colonização ocasionou maior concentração de camponeses (produtores agrícolas de pequeno porte), se comparado aos demais estados (Costa Silva e Dandolini, 2018).

Com efeito, os conflitos fundiários em Rondônia surgem a partir das lacunas deixadas nos processos de colonização do estado. Esses conflitos podem ser observados em três fases correlacionadas: i) os conflitos decorrentes do Plano de Integração Nacional (PIN), iniciado pelo governo militar na década de 1970, que ignorou a existência de povos tradicionais da Amazônia, gerando disputa entre estes e os colonos; ii) as disputas entre colonos que não conseguiram obter o título definitivo das áreas recebidas pelo Incra, por meio de títulos provisórios com cláusulas resolutivas, abrindo espaço para ação de grileiros e posseiros; e iii) a inadimplência do Estado no que se refere à regularização fundiária e destinação de terras públicas (Tibes, 2017). Nas palavras desse mesmo autor:

A propaganda de um novo eldorado na Amazônia Ocidental fez com que os colonos sonhassem com uma terra frutífera, livre e pronta para o manejo agrícola, no entanto, quando chegaram em Rondônia se depararam com as dificuldades de lotes de terras não cultiváveis e com densa mata, além do constante confronto com indígenas e demais povos tradicionais que possuíam a terra. As promessas de terra também não se cumpriram quanto à titularidade, pois a cessão de glebas incluía uma série de condições resolutivas, fazendo dos colonos meros posseiros (Tibes, 2017, p. 9).

A falta de regularização fundiária e a não destinação de áreas públicas em Rondônia levou o estado a diversos conflitos, desde a sua colonização até os dias atuais. Entre esses conflitos, ficou marcado na história do estado o massacre de Corumbiara. No dia 14 de julho de 1995, 540 famílias de camponeses e trabalhadores rurais sem terra ocuparam 150 hectares dos 20 mil hectares da Fazenda Santa Elina, um latifúndio com posse em terras públicas. Na madrugada do dia 9 de agosto, 194 policiais, inclusive 46 da Companhia de Operações Especiais (COE), e outro tanto de jagunços fortemente armados, cercaram o acampamento, e o massacre começou. A ação resultou no assassinato de onze camponeses (destes, uma criança de 7 anos) e em 53 feridos, além da morte de dois policiais e uma pessoa

não identificada. O massacre de Corumbiara é um dos 440 conflitos por terra que ocorreram no Brasil em 1995, quinze dos quais em Rondônia (Mesquita, 2005).

Atualmente, como resultado desse processo de ocupação agrária irregular e avanço da agropecuária, Rondônia tem conflitos concentrados especialmente nas regiões a seguir (Costa Silva e Dandolini, 2018).

- 1) Sul: sete municípios, tendo Vilhena como principal polo (cidade) do agronegócio. Concentra a produção de grãos (soja, milho e arroz) e conflitos por áreas abandonadas por CATPs não cumpridos. Atualmente, supostos proprietários questionam a propriedade da terra, em momento de ampla valorização. Aí se concentraram 21% dos conflitos mapeados pela CPT em 2017. Em 2018, apenas a região de Vilhena respondeu por cerca de 25% dos conflitos agrários, segundo a CPT (Souza, 2021).
- 2) Norte/Centro-Norte: os conflitos estão concentrados nos municípios de Ariquemes e Porto Velho (capital de Rondônia). Essa região tem recebido novos fluxos vindos do sul, em busca de novas áreas para o agronegócio, e concentrou 46% dos conflitos mapeados pela CPT em 2017.

Importa considerar que o estado sedia lógicas conflitantes de ocupação agrícola, em que a lógica totalizante da cultura da soja esbarra na histórica ocupação de colonos na produção pecuária e leiteira de pequeno porte. O cultivo da soja, que tem Vilhena como área pioneira no estado, conhecida como “portal da Amazônia”, cria uma região produtiva do agronegócio (RPA) que territorializa uma área ao redor dessa cultura, ao tomar o “poder” das terras em seu entorno, num processo de enfraquecimento dos pequenos produtores próximos, por meio da promoção de infraestrutura e assessoria. Ademais, o cultivo em níveis verticalizados exige ampliação da escala, para viabilização dos investimentos em produtividade. Como destaca Souza (2021, p. 701), “a soja proporciona maiores ganhos que [a] pecuária e menor tempo de giro, porém apresenta maiores riscos e necessita de grandes investimentos em máquinas e implementos agrícolas, além do preparo do solo, que deve ser completamente limpo”. Esse processo de especialização produtiva regional avança sobre pequenas propriedades constituídas pela dinâmica de colonização que estrutura o campo em Rondônia.

Essas pequenas propriedades inviabilizam a monocultura da soja, devido a fragmentação territorial e a valorização da terra. A soja precisa de grandes extensões de terras agricultáveis, para viabilizar o investimento em máquinas e implementos utilizados para plantio, tratamentos culturais e colheita. Ao contrário da soja, a produção de bovinos de corte e leite necessita de menor investimento e pode ser praticada em qualquer tamanho de propriedade. A produção de leite é encontrada na maioria das pequenas propriedades como complemento de renda e os bezerros como investimento ou poupança (Souza, 2021, p. 698).

A esse processo – de ocupação da soja, reconfiguração agrária e ampliação da fronteira agrícola para o norte do estado – tem sido atribuído elevado potencial conflitivo, avançando nas estruturas de colonização histórica e sob as áreas protegidas. Como destacou um dos entrevistados, depois da soja, o “campo se pacifica”, pois a sua instalação se estabelece em uma dinâmica que promove e cessa conflitos pela força. Como agravante, na atualidade, essa dinâmica tem sido negligenciada pelo Estado, ou mesmo estimulada por um *ethos* social baseado na cultura do “pioneiro”, em que os controles estatais sobre áreas destinadas a comunidades tradicionais ou proteção ambiental são vistos como impeditivos ao crescimento e desenvolvimento da região. Essa dinâmica promove conflitos não apenas na RPA, mas também nas novas áreas para onde migram aqueles que foram expulsos de suas áreas de posse. Como detalha Souza (2021, p. 698-699):

Nos últimos anos, a soja vem avançando para outras regiões rondonienses, ocupa espaço de outras atividades agrícolas já praticadas na região, na medida em que se instaura a territorialização do capital. Essa expansão provoca conflitos agrários devido à valorização da terra para a ampliação das áreas com lavouras de grãos, fazendo com que áreas ocupadas por posseiros venham [a] ser requisitadas pelos antigos proprietários, fomentando novas invasões de áreas protegidas como terras da União, terras indígenas, unidades de conservação, dentre outras. A soja ocupa as áreas de pastagens, deslocando a pecuária já consolidada na região para outras regiões do estado, fazendo pressão na abertura de novas áreas para pastagens.

O crescimento da área plantada de soja pressiona a área destinada à produção bovina, que continua ascendente em outros municípios, num movimento migratório constante nos últimos anos, promove a abertura de novas áreas com soja, expulsando os camponeses, seja pela compra, arrendamento de terras, uso de agrotóxicos, ou retomada de áreas ocupadas por posseiros pelos antigos proprietários das áreas concedidas por meio de concessão do governo.

Questões relacionadas às estruturas fundiárias em Rondônia foram apontadas, em entrevistas e na bibliografia utilizada, como eixo fundamental para entender a violência no estado, para além da violência urbana. Como salientado, diversas são as motivações e os reflexos desses conflitos: a grande quantidade de terras não destinadas; os processos de regularização das terras públicas federais do estado; a expansão e flexibilização das regras de regularização fundiária de posses privadas dessas terras; a grilagem e a especulação financeira sobre essas terras na expectativa de regularização; o incentivo ao desmatamento e a expulsão dos ocupantes (reintegração de posse ou pistolagem); o aumento do número de caçadores, atiradores e colecionadores (CACs); e a circulação de armas a serviço dos grileiros e de milícias fomentadas por proprietários rurais.

Nos últimos três anos, foram registradas quinze mortes decorrentes de conflitos no campo em Rondônia – onze somente em 2021 –, colocando o estado em

primeiro lugar do *ranking* anual (Costa Silva, 2022). Cinco dessas mortes ocorreram no acampamento de sem-terras Tiago Santos, em Porto Velho; outras três aconteceram no acampamento de sem-terras Ademar Ferreira, situado na Fazenda Santa Carmem, também em Porto Velho; duas, no Distrito de Abunã; e uma no município de Cujubim, os dois últimos episódios envolvendo posseiros. Em 2021, foram registrados 67 conflitos de terras, afetando cerca de 4.696 famílias, entre sem-terras, ribeirinhos e indígenas (Costa Silva, 2022).

Diversas revisões e emendas na Lei nº 11.952/2009, de regularização fundiária em terras da União na Amazônia Legal, estimulam as contínuas invasões de terras públicas e, conseqüentemente, fomentam o desmatamento, a grilagem de terras e os conflitos violentos na região. É possível apontar alguns elementos que acarretam esses efeitos: a evolução e o adiamento do marco temporal, que alarga o estoque de ocupações passíveis de regularização; a ampliação de 1,5 mil hectares para 2,5 mil hectares do limite da área regularizável; os custos da ocupação e a flexibilização das condições a que o beneficiário em potencial deve atender; a regularização por requerimento, dispensando a vistoria prévia, deixando de fora informações relevantes, como trabalhadores em condições análogas à escravidão; a possibilidade de beneficiar posseiros já autuados por infração ambiental, bastando o comprometimento com um termo de ajustamento de conduta ou o registro do imóvel no CAR, que é autodeclarado; autorização para que proprietários de imóveis rurais possam pleitear a regularização de novas posses, desde que a soma destas não ultrapasse 2,5 mil hectares; e a extensão dos dispositivos regulatórios da Lei nº 11.952/2009 para todo o território nacional (Bastian *et al.*, 2022).

As alterações realizadas (Lei nº 13.465/2017) ou propostas (Projetos de Lei – PLs nºs 2.633-A/2020 e 510/2021)²¹ sobre a Lei nº 11.952/2009 têm foco na atualização do marco temporal, que é o principal parâmetro para a regularização fundiária. A cada revisão, atualiza-se o marco, tornando-o mais recente e, assim, estimulando a ocupação de novas áreas públicas, com a expectativa de que estas venham a ser regularizadas em condições especiais e a preços compensatórios no futuro. A Lei nº 11.952/2009 regularizava ocupações anteriores a 30 de novembro de 2004. Na Lei nº 13.465/2017, este marco temporal foi estendido para 22 de julho de 2008 (comprovando ocupação de no mínimo cinco anos). Porém, a lei instituiu o pagamento de 10% a 50% do valor mínimo da pauta de preço do Incra para imóveis ocupados até 21 de julho de 2008 e o valor máximo para imóveis ocupados até 22 de dezembro de 2011, aumentando o marco temporal para data ainda mais recente, o que ampliou a magnitude de áreas regularizáveis. Por sua vez, o PL nº 510/2021 reedita a Medida Provisória (MP) nº 910/2019 (MP da grilagem), que perdeu a validade em

21. O primeiro PL, de origem na Câmara dos Deputados, foi aprovado no Plenário da Câmara em agosto de 2021 e seguiu para o Senado, onde aguarda apreciação. O segundo, do Senado Federal, está sob discussão nas comissões de Meio Ambiente e Agricultura e Reforma Agrária do Senado.

19 de maio de 2020, propondo regularizar as posses sobre terras públicas anteriores a 25 de maio de 2012. Mas modificações introduzidas no PL (no art. 38) autorizariam a regularização de terras ocupadas até dezembro de 2014, além de anistiar a grilagem para aqueles que a praticaram entre o fim de 2011 e 2014 (Bastian *et al.*, 2022; Almeida *et al.*, 2021; Brito, 2020; 2021). Em Rondônia, a Lei Estadual nº 4.892/2020 prevê regularização para imóveis ocupados até 22 de junho de 2008 (Brito *et al.*, 2021b).

A definição de marco temporal atinge também assentamentos rurais cedidos a trabalhadores sem-terras e TIs. O PL nº 510/2021 propõe extinguir projetos de assentamento com data de criação posterior a 10 de outubro de 1985. “No limite, tal medida pode forçar processos de descaracterização de assentamentos, de modo a fazê-los perder a destinação inicial e submetê-los, futuramente, a processos de regularização que lhes subtraia a condição de terra pública” (Bastian *et al.*, p. 9). Considerando os povos indígenas, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 215/2000, em tramitação no Plenário da Câmara desde o ano 2000, prevê a demarcação de TIs apenas no caso daquelas que eram habitadas, em caráter permanente, e utilizadas para atividades produtivas, reprodução social e cultural dos indígenas até 5 de outubro de 1988.

Diante desses intensos e contínuos conflitos, a resistência ao fechamento da fronteira, na forma de movimentos sociais que visam à reforma agrária, é criminalizada. Em cenário de redirecionamento estratégico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como sinalizou uma liderança entrevistada, os confrontos têm envolvido, principalmente, a LCP (Fuhrmann, 2021). Da parte dos atores governamentais, esses movimentos são caracterizados como “bandidos”. Por sua vez, o discurso de “terror no campo” é apontado por atores sociais como justificativa para a intensificação do uso da força, inclusive para o acionamento recente da Força Nacional na UF (Uribe, 2021).

4.2 Desmatamento e crimes conexos

Como destacado, a expansão da soja e da pecuária da região Sul (Cone Sul), tem promovido ou intensificado conflitos em outras regiões do estado. É o caso do Vale do Guaporé,²² considerado a nova fronteira agrícola de Rondônia,²³ especialmente potencializada pelo asfaltamento da BR-429, projeto denunciado pela insuficiência de estudos e medidas mitigadoras e compensatórias (Agência Amazônia). O Vale do Guaporé é composto por seis UCs, incluindo três Resex, quatro TIs e cinco comunidades quilombolas, porém nem todas as áreas tradicionais estão plenamente regularizadas. A expansão da fronteira agrícola nessa região tem ampliado os conflitos,

22. Formado pelos municípios de Costa Marques, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé e Seringueiras, correspondendo a cerca de 11% do território de Rondônia (Machado, 2020).

23. Concentrada no município de São Miguel do Guaporé, que ampliou a produção de soja de 876 toneladas, em 2012, para 27 mil toneladas em 2017 (Machado, 2020).

especialmente em torno de desmatamento, exploração ilegal de madeira, caça e pesca, com ameaças e violência contra a população local, resultando em embates violentos e êxodo rural (Machado, 2020). Apesar da gravidade dos crimes, a situação de violação desses territórios está tão naturalizada, que terras griladas em áreas protegidas vêm sendo comercializadas abertamente por meio de redes sociais, como apontou reportagem da BBC.²⁴

Por sua vez, nota técnica produzida por grupo de pesquisa da Universidade Federal de Rondônia (Unir) denuncia a pressão da mineração sobre TIs. O documento lista diferentes áreas do estado com solicitações ou registros para atividade mineral, a partir dos dados do Sistema de Informação Geográfica da Mineração, obtidos em 2019. Estas atividades encontram interseção em dezenove das 21 TIs do estado, com áreas requeridas variando de 30% (em onze TIs) a dimensão superior a 60% (em outras sete TIs). Diante das ameaças, das ilegalidades e dos riscos, a nota técnica posiciona-se contrária à regulamentação da atividade mineral nesses territórios (Costa Silva e Lima, 2019). A mineração ilegal tem sido reportada em diferentes TIs na Amazônia (Spezia, 2022) e encontra atualmente, no Congresso Nacional, espaço para disputa de interesses divergentes em relação ao tema, em propostas que regulamentam a prática (PL nº 191/20) ou a restringem. A guerra entre Rússia e Ucrânia (iniciada em 2022) e as restrições de acesso a fertilizantes foram apresentadas no debate público como justificativas para se retomar o debate sobre a legalização do garimpo em TIs, o que foi rechaçado por diversas instituições e atores sociais, além das próprias comunidades indígenas (Procuradoria-Geral da República, 2022; Neiva, 2022). Além do marco temporal, há registro de diversas outras propostas que vão de encontro aos direitos indígenas e à proteção ambiental, ao fragilizarem a posse, o acesso aos recursos naturais e o controle do acesso de pessoas estranhas ao território (Almeida *et al.*, 2019).

Cardozo (2017, p. 11) lista os diferentes tipos de atividades ilegais identificadas pelos gestores em UCs em Rondônia, que vão de desmatamento e grilagem a pesca e caça ilegais (tabela 3).

TABELA 3
Números de UCs com ocorrência de atividades ilegais causadoras de impactos

Atividades ilegais	Categorias das UCs estaduais					
	APAs	Fers	Resex	Rebio	PES	Esec
Caça	-	3	16	-	-	1
Carvoaria	-	-	1	-	-	-
Construção de hidrelétrica	-	-	-	-	-	1
Construções ilegais	-	-	1	-	-	-

(Continua)

24. Documentário: *BBC revela venda ilegal de terras na Amazônia pelo Facebook*. Disponível em: https://youtu.be/QpTMqTo_ycc. Acesso em: 16 out. 2022.

(Continuação)

Atividades ilegais	Categorias das UCs estaduais					
	APAs	Fers	Resex	Rebio	PES	Esec
Criação de gado	1	-	-	-	-	-
Desmatamento	2	-	18	1	-	1
Furto de castanha	-	-	1	-	-	-
Furto de madeira (corte seletivo)	-	-	17	-	2	1
Furto de palmito	-	-	1	-	-	-
Garimpo	1	1	-	1	-	-
Grilagem de terras	1	-	10	-	2	-
Incêndios	-	1	2	-	1	-
Invasão	2	-	21	1	3	2
Pastagem	-	-	-	-	2	-
Pesca	-	2	14	2	1	2
Retirada de argila	-	1	6	-	-	-

Fonte: Cardozo (2017, p. 11).

Obs.: Rebio – reserva ecológica; PES – parque estadual; e Esec – estação ecológica.

Com efeito, o desmatamento, o comércio ilegal de madeiras e a violência gerados por esses processos são alguns dos reflexos associados aos conflitos fundiários em Rondônia. Novas normativas e ações, tanto federais quanto estaduais, têm reduzido barreiras à ação de grileiros e pecuaristas sobre as terras públicas do estado e áreas não destinadas. Entre 2013 e 2020, 40% da perda de florestas na Amazônia Legal ocorreu em áreas não destinadas (Brito *et al.*, 2021b).

Em maio de 2021, em nova tentativa de revogação de UCs, entrou em vigência a Lei Complementar Estadual nº 1.089, que reduziu em 23,3% a área do Parque Guajará-Mirim, em Nova Mamoré, e em 88,6% o território da Resex estadual Jaci-Paraná, situada nos municípios de Nova Mamoré, Porto Velho e Buritis. Esses municípios compõem a segunda microrregião mais violenta de Rondônia. Proposta pelo então governador do estado, Marcos Rocha (União Brasil), essa lei foi modificada e aprovada por unanimidade pela Assembleia Legislativa de Rondônia, sem a realização de estudos técnicos ou consulta às populações tradicionais afetadas. Mesmo sendo considerada inconstitucional e revogada pela justiça estadual em novembro de 2021, a Lei nº 1.089/2021 abriu espaço para pressões sobre essas áreas, impulsionando invasões e novos conflitos. Desde maio de 2020, equipes de fiscalização da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam) vêm sofrendo ataques e ameaças. Em dezembro de 2021, em fiscalização realizada no Parque Estadual Guajará-Mirim, uma equipe foi atacada a tiros, tendo havido “vários disparos, de pistola calibre .40 e carabina calibre 5.56 – arma longa com poder de fogo significativo –, que se intensificaram nos minutos seguintes” (Anjos, 2022).

Outro ponto de destaque é o aumento das áreas de expansão da frente agropecuária no estado de Rondônia, nas divisas com Amazonas e Mato Grosso. Essa ampliação aumenta os conflitos por terra, além de incentivar o desmatamento e o comércio de

madeira ilegal. Desde 2004, Rondônia vem aparecendo em primeiro lugar no desmatamento dentro da Amazônia Legal, com 27% do seu território desmatado, contra 17% de Mato Grosso e 13% do Pará (FBSP, 2022b). A madeira ilegal é transportada, principalmente, pela BR-364, até as regiões Sul e Sudeste do Brasil, passando por Mato Grosso, ou em direção a Manaus, através da BR-174. Esse comércio ilegal de madeira afeta diretamente a TI Karipuna e a reserva estadual Jacundá.

4.3 O tráfico de drogas e a atuação de facções

A posição fronteiriça de Rondônia expõe o estado a diversos tipos de crimes e ao aumento da complexidade da criminalidade local, com intensificação do tráfico de drogas, das disputas por rotas de escoamento destes produtos, do tráfico de pessoas e do roubo de veículos, por encomenda e como pagamento de drogas (Lessa e Silva, 2015).

Nos últimos anos, Rondônia vem sofrendo com a escalada das disputas por rotas de transporte de cocaína. O uso das fronteiras – que vão do norte do estado do Acre, na fronteira com o Peru, passando por Rondônia até o sul de Mato Grosso, por toda a fronteira com a Bolívia – é bastante antigo, mas se intensificou com a chegada de facções criminosas como o CV e o Primeiro Comando da Capital (PCC) à região. O CV é a facção criminosas mais antiga em Rondônia, com registros de presença desde 2009, principalmente em Ariquemes e Vilhena. Em 2021, Vilhena foi considerado o 14º município mais violento do país, com taxas de homicídios por 100 mil habitantes acima da média nacional. O PCC se instalou no estado em meados de 2012, com núcleos em Rolim de Moura e Cacoal. Aponta-se também a existência de uma facção local – o Primeiro Comando do Panda (FBSP, 2022b).

Tanto o CV quanto o PCC escoam, pelo estado, pasta base de cocaína originária de Guayaramerín/Bolívia. No ano de 2021, Rondônia obteve seu recorde de apreensões de cocaína (2.532,40 kg); em 2022, até a metade do mês de agosto, as apreensões já ultrapassavam 7 mil kg. A grande maioria dessas apreensões ocorreu em estradas do estado. No município de Alta Floresta do Oeste, em 14 de fevereiro de 2022, foram apreendidos 1.466 kg de cocaína, e 1.700 kg em São Miguel do Guaporé, no dia 5 de abril de 2022. Ambas as cidades estão localizadas no oeste do estado, próximas da fronteira com a Bolívia.

Os traficantes atravessam o Rio Guaporé e cruzam a fronteira usando estradas locais para chegar à BR-364, com o objetivo de seguir para dois destinos prioritários: em direção ao sul, pela BR-364 e pela BR-174, atravessando o Mato Grosso; ou, em direção ao leste, o que pode ser feito via Machadinho do Oeste, em Rondônia, pela RO-205, até Colniza/MT, pela MT-206, podendo seguir de lá para o sul do Pará, em direção a Belém ou a outras capitais do Nordeste (Jacarandá, 2022b).

4.4 CACs e a circulação de armas de fogo

O aumento das licenças para CACs e, conseqüentemente, da circulação de armas de fogo em Rondônia, foi apontado em algumas entrevistas como um dos fatores geradores de conflitos no estado. Essas armas, destinadas a um público específico (CACs), muitas vezes acabam nas mãos de grileiros, fazendeiros do agronegócio e membros das principais facções que comandam o tráfico na região.

Segundo uma liderança do MST de Rondônia, entrevistada para este trabalho, os clubes de tiro cresceram três vezes no último ano no estado. São cerca de quatrocentas vezes mais armas circulando na região. Além disso, dados disponibilizados no *Anuário Especial Eleições 2022* do FBSP apontam que o número de apreensões de armas de fogo em Rondônia subiu de 71,7 para 194,6 por 100 mil habitantes, entre 2018 e 2021 (FBSP, 2022).

O jornal *The Intercept Brasil*, em uma série de reportagens investigativas sobre a explosão de clubes de tiro nos estados da Amazônia Legal,²⁵ mostra que Rondônia foi o estado onde essa expansão foi mais expressiva, acumulando 53 clubes de tiro. Mais da metade deste total, 33 estabelecimentos, foram criados apenas entre 2019 e 2021.

É nesse contexto que Rondônia concentra o maior número de assassinatos no campo em 2021. Dos 35 homicídios ocorridos no país, onze aconteceram no estado. Destes, oito assassinatos ocorreram nos acampamentos Tiago Santos e Ademar Ferreira, no distrito de Nova Mutum, zona rural de Porto Velho, ligados à LCP (Costa Silva, 2022).

O movimento é usado como justificativa para quem defende armas de fogo e clubes de tiro no campo. Em maio de 2021, quando participava da inauguração da Ponte do Abunã, que liga Porto Velho ao Acre, o então presidente da República fez uma ameaça direta ao grupo. “LCP, se prepare! Não vai ficar de graça o que vocês estão fazendo. Não tem espaço aqui para grupo terrorista. Nós temos meios de fazê-los entrar no eixo e respeitar a lei”.²⁶

Para o procurador Raphael Bevilaqua, do Ministério Público Federal em Rondônia, a classificação da atividade do movimento social como terrorismo é uma “acusação fantasiosa” e serviu para justificar o envio da Força Nacional de Segurança Pública ao estado. Ele defende que o envio foi ilegal, porque não apontava um objetivo específico e não vinha acompanhado de um plano de ação (Fuhrmann, 2022).

Em meio a essa conjectura, o Exército Brasileiro, responsável pela certificação e controle dessas armas, afirmou não saber quantas delas existem, em cada município

25. Disponível em: <https://theintercept.com/series/amazonia-sitiada/>. Acesso em: dez. 2022.

26. TV BrasilGov. Liberação de tráfego na ponte sobre o rio Madeira – BR-364 (RO). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8Uagy1Dc-Ts&t=1s>. Acesso em: dez. 2022. A fala destacada inicia-se no tempo 00:39:43.

brasileiro, nas mãos de CACs (Rossi, 2022). A mesma reportagem apresenta dados do Instituto Sou da Paz, obtidos com a Força Terrestre. Nestes, o número de pessoas com licença de CAC aumentou 262% entre julho de 2019 e março de 2022, passando de 167.390 para 605.313. Em todo o Brasil, o arsenal já superou 1 milhão de armas em 2022 – quatro vezes o número de 2019, quando o então presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) flexibilizou o acesso às armas de fogo por civis. Foram quinze decretos presidenciais, dezenove portarias, dois PLs e duas resoluções a favor dessa flexibilização. Antes desses decretos, os CACs podiam possuir no máximo dezesseis armas e 40 mil munições ao ano. Atualmente, o limite é de sessenta armas e até 180 mil munições por ano (Lopes, 2022). Além disso, as portarias mais recentes asseguraram a certificação de CAC a qualquer pessoa acima de 25 anos que não responda a inquérito criminal e seja aprovada no exame psicológico.

A fragilidade na fiscalização e a facilidade na aquisição de armas de fogo legalmente patrocinadas pelos projetos do presidente Bolsonaro (2019-2022) chamaram a atenção de organizações criminosas, como o CV e o PCC. Segundo reportagem do jornal *O Estado de São Paulo* publicada em 25 de julho de 2022, e disponibilizada pelo portal UOL, os criminosos dessas facções usam da nomenclatura “CAC” para adquirir armas legalmente. Algumas destas armas são compradas por intermédio de laranjas, mas existem registros de certificados e compras realizadas por pessoas com extensa ficha criminal. Além da flexibilização, a atual política também barateou esses equipamentos. Os armamentos, antes comprados através do tráfico no Paraguai ou na Bolívia, têm preços muito menores quando comprados como CAC. “Eles (integrantes do PCC) pagavam de R\$ 35 mil até R\$ 59 mil num fuzil no mercado paralelo e agora pagam de R\$ 12 mil a R\$ 15 mil um (fuzil calibre) 556 com nota fiscal”, afirmou o promotor de Justiça Lincoln Gakiya, ao jornal (PCC utiliza..., 2022).

5 POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO TERRITÓRIO

A segurança é apresentada, no texto constitucional, como um direito individual e social. A política de segurança pública, na Carta Magna, é operacionalizada pelas polícias. Atualmente, os marcos de atuação da segurança pública e da coordenação federativa são:

- a Lei nº 13.675/2018, que institui a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); e
- o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) 2021-2030 (Brasil, 2022).

À luz do PNSP, o governo de Rondônia também dispõe do Plano Estratégico 2018-2030, além do Plano Estratégico do Estado de Rondônia 2019-2023 (Rondônia, 2019). O Sistema de Segurança Pública estadual abriga a Secretaria

de Segurança, Defesa e Cidadania (Sesdec) como órgão central do sistema, além da Secretaria de Justiça (Sejus), responsável pelo sistema penitenciário, a PM-RO, a Polícia Civil (PC-RO), o Corpo de Bombeiros Militar (CBM-RO), a Polícia Técnico-Científica (Politec) e o Departamento Estadual de Trânsito (Detran). No plano estratégico para o estado, são indicadas como principais “batalhas” nesse campo “modernizar estrategicamente a segurança pública”, “ser o estado mais seguro da região Norte” e “racionalizar o sistema prisional” (Rondônia, 2019).

Segundo Queiroz (2019, p. 98), no Plano Plurianual (PPA) atual, houve um incremento de 14% nos recursos destinados à segurança pública, em relação ao período anterior. Em sua análise, Queiroz (2019) ressenete-se da falta de planos estruturados e estratégicos para a segurança pública, em que identifica alinhamento com os programas do governo federal como meio de obtenção de recursos, mas sem definição local de estratégia para sua efetiva aplicação. Também atribui à inconstância dos planos nacionais elemento dificultador para uma estratégia local mais consistente.

Os principais problemas de segurança pública em Rondônia, como apontados por representantes da Sesdec, estão relacionados a insuficiências tanto do seu orçamento quanto de seu efetivo policial. Segundo um interlocutor, as instituições ligadas à Sesdec (PM-RO, PC-RO, CBM-RO e Politec) são autônomas em suas tomadas de decisões, mas o orçamento e a folha de pagamento são geridos pela própria secretaria. “Quando a gente fala em orçamento, vou aproximar, em torno de 75% a 80% é pra folha de pagamento, apesar da mão de obra policial ser reduzida, sobrando pouco mais de 20% para todo o resto”.²⁷ Quanto ao número de policiais “na ativa”, tanto na PM-RO quanto na PC-RO, há déficits: “no caso da Polícia Militar, o efetivo [de 2021] se mantém nos patamares de 2011, apesar da redução de 6% em seus quadros. Já no caso da Polícia Civil, a força perdeu 37% de seus integrantes na ativa desde 2011” (FBSP, 2022b, p. 207).

Por sua vez, conforme integrante da Sesdec, houve, nos últimos anos, a ampliação do número de delegacias especializadas no estado, bem como de plantões de polícia 24 horas, priorizando o atendimento a casos de violência contra mulher e vulneráveis. Mas, apesar desses esforços, Rondônia continua entre os líderes nacionais em violência contra a mulher. Com taxas de 50,8 estupros e estupros de vulneráveis por 100 mil habitantes em 2021, ocupa lugar de destaque negativo no cenário nacional, que possui taxas de 30,9 por 100 mil habitantes (FBSP, 2022b). Reforçando esse diagnóstico, Rondônia apresenta altíssimas taxas de lesões corporais dolosas em contexto de violência doméstica, com índice de 445,6 por 100 mil habitantes em 2021 (FBSP, 2022b), sendo o segundo estado da região Norte em que mais mulheres são violentadas, perdendo nessa triste classificação apenas para Roraima.

27. Fala de representante da Sesdec, entrevistado no dia 5 de setembro de 2022.

Outras medidas, apontadas em entrevista com o representante da Sesdec, vêm sendo realizadas para minimizar a criminalidade no estado, principalmente em relação ao combate ao crime organizado. Nesse sentido, foram criadas duas delegacias de combate ao crime organizado na capital e uma no interior. Dentro da PC-RO, foi estruturado o departamento de inteligência, responsável pela gerência das delegacias de combate ao crime organizado. Um resultado desse movimento pode ser observado no recorde de apreensões de cocaína (2.532,40 kg) em 2021.

5.1 Sistema prisional

Cabe recordar que, no início dos anos 2000, Rondônia protagonizou uma das primeiras ondas de grandes rebeliões em penitenciárias, na Casa de Detenção José Mário Alves, conhecida como Urso Branco. Após esse primeiro motim bárbaro, que resultou na morte de 27 detentos, outra rebelião aconteceu em 2004, com cenas estarrecedoras transmitidas para todo o país. Esses eventos, além da superlotação e de outras mazelas do sistema prisional, levaram o país a responder perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Quele, 2022). Ao longo de uma década, cerca de cem detentos foram massacrados na instituição. Após reforma recente, a penitenciária Urso Branco consta como a segunda do estado, após a criação do presídio Jorge Thiago Aguiar Afonso (Moura, 2019).

Entre julho e dezembro de 2021, a população prisional nos presídios federais em Rondônia era de 484 detentos,²⁸ todos do sexo masculino. No mesmo período, a população dos presídios estaduais era de 4.482 presos, sendo 209 do sexo feminino e 4.273 do masculino.²⁹ Em maio de 2022, Rondônia possuía 14.227 custodiados, sendo 5.154 em regime fechado (condenados) e 1.867 presos provisórios. O restante (7.206) estava em regime semiaberto, medida de segurança, prisão domiciliar ou regime aberto.³⁰

Em 2021, a taxa de encarceramento em Rondônia ficou em 704,9 presos por 100 mil habitantes. No entanto, as vagas do sistema penitenciário do estado são de 11.146. Assim, “sem grandes políticas de desencarceramento, além do monitoramento eletrônico, já bastante sobrecarregado, as pequenas reduções pontuais no número de presos não são o bastante para diminuir o déficit de mais de 1.600 vagas no sistema prisional do estado” (FBSP, 2022b, p. 208).

28. Excluem-se os presos sob custódia judicial, batalhões de polícias e bombeiros militares. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiMTMwZGI4NTMtMTJjNS00ZjM3LThjOGQtZjlkZmRlZTEyMTcxliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQONGMtNDNmNy05MwYyLTRI0GRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: out. 2022.

29. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiMTMwZGI4NTMtMTJjNS00ZjM3LThjOGQtZjlkZmRlZTEyMTcxliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQONGMtNDNmNy05MwYyLTRI0GRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: out. 2022.

30. Sistema prisional: quinzena de maio de 2022. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/wp-content/uploads/2022/06/2aQUINZENA-MAIO-2022.pdf>. Acesso em: jul. 2022.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo teve como objetivo descrever e analisar as principais dinâmicas subjacentes à violência no estado de Rondônia nos últimos dez anos, com eixo na ocorrência de homicídios. Para tanto, foram realizadas entrevistas com atores-chave de instituições do sistema de justiça e segurança pública (secretarias estaduais de segurança pública, Ministério Público, entre outras), academia e movimentos sociais, além de pesquisa documental (relatórios, estudos, notícias, documentários, *lives*, entre outros), revisão bibliográfica e consulta a fontes de dados estatísticos.

A partir dessas análises, pode-se mapear um conjunto de elementos que provavelmente estão na gênese dos elevados números de mortes violentas no estado, cujas taxas, embora figurem entre as menores da região Norte, são superiores às nacionais, e se concentram no campo. Por certo, como exposto e corroborado nas entrevistas, um dos cerne da violência em Rondônia está nos conflitos fundiários, uma vez que o modelo de colonização, o frouxo ordenamento fundiário, a falta de *enforcement* da legislação sobre terras protegidas e a atuação executiva e legislativa em prol de sua flexibilização promovem uma tensão constante nos territórios. Nesse emaranhado de problemas, o cercamento da terra, o avanço da agropecuária e de grandes obras com baixa regulação estatal e baixa atuação para mitigação dos seus efeitos, estimula ainda mais crimes, como o desmatamento e toda sorte de ilícitos nas terras protegidas. Há consequências deletérias notadamente sobre as populações, que veem seu território e seus modos de vida ameaçados constantemente.

Ao que parece, Rondônia vivencia um processo de acumulação e expansão do capital, na forma de avanço agropecuário e extrativismo predatório, apoiado em grande medida pelo poder público, que impõe poucas e frágeis estratégias de mitigação e regulamentação, abrindo espaço para um desenvolvimento desordenado, violento e com danos irreversíveis para a natureza e os seres humanos que nela coexistem.

Sem a pretensão de exaustividade, este capítulo apresenta evidentemente lacunas. Nesse sentido, a melhor compreensão do fenômeno da violência em Rondônia demanda que a investigação avance sobre outras dimensões do problema, entre os quais a atuação do governo estadual e dos governos municipais na administração dos conflitos locais – em especial, os conflitos agrários. Cabe investigar melhor, ainda, as dinâmicas do tráfico de drogas transfronteiriço e a atuação de facções de base prisional no estado, e sua contribuição específica para as altas taxas de homicídio ali observadas. Estas são algumas das possibilidades de investigação que, somadas ao esforço já empreendido por jornalistas, pesquisadoras e pesquisadores e atores do sistema de justiça e segurança pública, podem contribuir para a análise e a formulação de estratégias mais promissoras de enfrentamento à violência letal.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA AMAZÔNIA. BR-429 afeta indígenas isolados na Amazônia. **Terras Indígenas no Brasil**, 29 set. 2009. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/es/noticia/72651>. Acesso em: out. 2022.
- ANJOS, A. B. Governador de RO “passou boiada” com lei que fez desmatamento explodir em parque estadual. **Pública**, 26 set. 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/09/governador-de-ro-passou-boiada-com-lei-que-fez-desmatamento-explodir-em-parque-estadual/>. Acesso em: 13 out. 2022.
- BASTIAN, L. *et al.* O processo de regularização das terras públicas federais: instrumentos legislativos, expansão fundiária e especulação. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, n. 29, p. 1-29, 2022.
- BRASIL. **Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030**. Brasília: MJSP, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/categorias-de-publicacoes/planos/plano_nac_de_seguranca_publica_e_def_soc_2021__2030.pdf. Acesso em: out. 2022.
- BRITO, B. **Nota técnica sobre o Projeto de Lei nº 2.633/2020**. Belém: Imazon, jun. 2020. Disponível em: https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Imazon_Nota_Tecnica_PL2633_2020-1.pdf. Acesso em: out. 2022.
- BRITO, B. **Nota técnica sobre o Projeto de Lei nº 510/2021**. Belém: Imazon, mar. 2021. Disponível em: https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Nota_Tecnica_PL510_Imazon.pdf. Acesso em: out. 2022.
- BRITO, B. *et al.* **Leis e práticas de regularização fundiária no estado de Rondônia**. Belém: Imazon, mar. 2021a.
- BRITO, B. *et al.* **Dez fatos essenciais sobre regularização fundiária na Amazônia Legal**. Belém: Imazon, mar. 2021b. Disponível em: <https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2021/04/10FatosRegularizacaoFundiaria.pdf>. Acesso em: ago. 2022.
- CAMARGOS, D. Em novo cerco, polícia mata 3 integrantes da Liga dos Camponeses Pobres em Rondônia. **Repórter Brasil**, 17 ago. 2021. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/08/em-novo-cerco-policia-mata-3-integrantes-da-liga-dos-camponeses-pobres-em-rondonia/>. Acesso em: out. 2022.
- CARDOZO, I. B. *et al.* (Org.). **Pressões e ameaças nas unidades de conservação estaduais de Rondônia**. São Paulo: ISA; Porto Velho: Kanindé, ago. 2017.

COSTA SILVA, R. G. A desarmonização da Amazônia: conflitos agrários, violência e agrobandidagem. *In*: CPT– CEDOC CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUÍNO. **Conflitos no campo**: Brasil 2021. Goiânia: CPT Nacional, 2022. p. 104-111. Disponível em: https://gtga.unir.br/uploads/81837305/arquivos/Artigo_CPT_A_desamazonizacao_da_Amazonia_2022_1146079968.pdf. Acesso em: out. 2022.

COSTA SILVA, R. G.; DANDOLINI, G. Conflitos agrários e acesso à terra em Rondônia. **Revista Direito & Práxis**, v. 9, n. 1, p. 461-479, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/32712>. Acesso em: out. 2022.

COSTA SILVA, R. G.; LIMA, L. A. P. **Cartografia da mineração em terras indígenas de Rondônia**. Porto Velho: Unir; GTA/CNPq, 2019. (Nota Técnica, n. 001). Disponível em: https://gtga.unir.br/uploads/81837305/arquivos/Nota_Tcnica_001_2019_GTGA_UNIR__1__728448607.pdf. Acesso em: out. 2022.

RONDÔNIA. **Um novo Norte, novos caminhos**: Plano Estratégico Rondônia 2019-2023. Porto Velho: Governo do Estado de Rondônia, 2019. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/Book-Rondonia-V12.pdf>. Acesso em: out. 2022.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em: ago. 2022.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública 2022**. 16. ed. São Paulo: FBSP, 2022a. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em: jul. 2022.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública 2018-2021**: especial eleições 2022. São Paulo: FBSP, 2022b. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/anuario-2022-ed-especial.pdf>. Acesso em: ago. 2022.

FELLET, J. Investigação revela terras protegidas da Amazônia à venda no Facebook. **BBC News Brasil**, 26 fev. 2021. Disponível em: [Investigação revela terras protegidas da Amazônia à venda no Facebook - BBC News Brasil](https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57611111). Acesso em: out. 2022.

FUHRMANN, L. Bolsonaro inventou “guerrilha terrorista” em RO para justificar ação da Força Nacional, diz procurador. **De Olho nos Ruralistas**, 10 nov. 2021. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2021/11/10/bolsonaro-inventou-guerrilha-terrorista-em-ro-para-justificar-acao-da-forca-nacional-diz-procurador/>. Acesso em: out. 2022.

FUHRMANN, L. Amazônia sitiada: parte 3 – Rondônia concentra o maior número de clubes de tiro criados sob Bolsonaro na Amazônia – e também o de mortes no campo. **The Intercept Brasil**, 23 nov. 2022. Disponível em: <https://theintercept.com/2022/11/23/rondonia-concentra-o-maior-numero-de-clubes-de-tiro-criados-sob-bolsonaro-na-amazonia-e-tambem-o-de-mortes-no-campo/>. Acesso em: dez. 2022.

HOLANDA, D. Entenda a disputa por terras no Sul de RO que levanta temor por nova tragédia 25 anos depois do ‘massacre de Corumbiara’. **G1 Rondônia**, 14 abr. 2021. Disponível em <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/04/14/entenda-a-disputa-por-terras-no-sul-de-ro-que-levanta-temor-por-nova-tragedia-25-anos-depois-do-massacre-de-corumbiara.ghtml>. Acesso em: out. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/POP2021_20230710.pdf. Acesso em: set. 2022.

JACARANDÁ, R. O aumento dos homicídios em Rondônia em 2021. **Rodolfo Jacarandá**, 30 jun. 2022a. Disponível em: <https://rodolfojacaranda.com/o-aumento-dos-homicidios-em-rondonia-em-2021/>. Acesso em: jul. 2022.

JACARANDÁ, R. A cocaína na Amazônia. **Rodolfo Jacarandá**, Porto Velho, 29 ago. 2022b. Disponível em: <https://rodolfojacaranda.com/a-cocaina-na-amazonia/>. Acesso em: 5 set. 2022.

LOPES, R. Exército admite não conseguir detalhar armas nas mãos de atiradores e caçadores. **Folha de S.Paulo**, 2 jul. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/07/exercito-admite-nao-conseguir-detalhar-armas-nas-maos-de-atiradores-e-cacadores.shtml>. Acesso em: set. 2022.

MACHADO, D. T. Conflitos na fronteira do Guaporé em Rondônia: áreas protegidas *versus* o avanço da agropecuária. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, v. 34, n. 1, p. 22-39, 2020.

MESQUITA, H. A. de. O massacre de Corumbiara – mais dez anos de violência e impunidade. **MST**, 8 ago. 2005. Disponível em: <https://mst.org.br/2005/08/08/o-massacre-de-corumbiara-mais-dez-anos-de-violencia-e-impunidade/>. Acesso em: set. 2022.

MOURA, M. Presídio Urso Branco em Porto Velho é desocupado e deve passar por reforma. **G1 Rondônia**, 24 jun. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2019/06/24/presidio-urso-branco-em-porto-velho-e-desocupado-e-deve-passar-por-reforma.ghtml>. Acesso em: jul. 2022.

NEIVA, L. Presidente da Frente da Mineração é contra exploração em terra indígena. **Congresso em Foco**, 23 mar. 2022. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/presidente-da-frente-da-mineracao-e-contrat-exploracao-de-terra-indigena/>. Acesso em: out. 2022.

NERI, M. **Mapa da Nova Pobreza**. Rio de Janeiro: FGV Social, jun. 2022. Disponível em: <https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza>. Acesso em: nov. 2022.

OSÓRIO, C. Migrações recentes e desigualdades. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 1., out. 1978, Campos do Jordão. **Anais...** Campos do Jordão: ABEP, out. 1978.

PCC UTILIZA política dos CACs de Bolsonaro para comprar armas, diz jornal. **UOL**, São Paulo, 25 jul. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/07/25/politica-de-bolsonaro-permite-que-pcc-compre-armas-legalmente-diz-jornal.htm>. Acesso em: set. 2022.

PGR – PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA. PL nº 191/2020: MPF reitera manifestação contrária à proposta que regulamenta mineração em terras indígenas. **MPF**, 8 mar. 2022. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pl-191-2020-mpf-reitera-manifestacao-contraria-a-proposta-que-regulamenta-mineracao-em-terras-indigenas>. Acesso em: ago. 2022.

QUEIROZ, P. J. **A criminologia crítica como fundamento para política criminal de redução da criminalidade**: uma análise do Plano Estratégico de Segurança Pública 2018-2030 do estado de Rondônia. 2019. Dissertação (Mestrado) – Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília, 2019.

QUELE, J. Chacina no Urso Branco: maior tragédia carcerária de Rondônia completa 20 anos. **G1 Rondônia**, 1º jan. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2022/01/01/chacina-no-urso-branco-maior-tragedia-carceraria-de-rondonia-completa-20-anos.ghtml>. Acesso em: jul. 2022.

ROSSI, A. Exército diz não saber tamanho do arsenal de CACs em cada cidade brasileira. **UOL**, São Paulo, 15 set. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/09/15/exercito-diz-nao-saber-tamanho-do-arsenal-de-cacs-em-cada-cidade-brasileira.htm>. Acesso em: set. 2022.

SOUZA, J. A. de O. Especialização produtiva regional: uma abordagem sobre o agronegócio da soja no sul de Rondônia. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 25, n. 2, p. 695-717, jan. 2021. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXV_2/agb_xxv_2_web/agb_xxv_2-16.pdf. Acesso em: out. 2022.

SPEZIA, A. “A mineração em terras indígenas é um genocídio para nós”, afirma liderança indígena em Fórum Permanente da ONU sobre questões indígenas. **Conselho Indigenista Missionário**, 27 abr. 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/04/a-mineracao-em-terras-indigenas-e-um-genocidio-para-nos-afirma-lideranca-indigena-em-forum-permanente-da-onu-sobre-questoes-indigenas/>. Acesso em: 16 out. 2022.

TIBES, P. M. Conflitos agrários em Rondônia: a falta da regularização fundiária como causa similar dos conflitos desde o massacre de Corumbiara. *In*: CONGRESSO NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, 26., 2017, São Luís, Maranhão. **Anais...** Florianópolis: Conpedi, 2017. Disponível em: <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/27ixgmd9/i558y11v/CAIEI7G7sQ8tHkiM.pdf>. Acesso em: set. 2022.

URIBE, G. Bolsonaro critica ‘terrorismo no campo’ e diz que não iria regulamentar desapropriação por trabalho escravo. **Folha de S. Paulo**, 1º maio 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/bolsonaro-critica-terrorismo-no-campo-e-diz-que-nao-ira-regulamentar-desapropriacao-por-trabalho-escravo.shtml>. Acesso em: out. 2022.

APÊNDICE A

DADOS GERAIS

TABELA A.1

Tabela sociodemográfica e socioeconômica – Rondônia

Dados territoriais		Acre, Amazonas e Mato Grosso		
Estados limítrofes		Bolívia		
Fronteiras		52 municípios		
Número de municípios		237.765,347 km ²		
Área territorial				
Dados sociodemográficos		Rondônia	Região Norte	Brasil
População estimada (2021)		1.815.278	18.906.962	213.317.639
Densidade demográfica (hab./km ²)		6,58	4,12	22,43
População de 0 a 14 anos (%)		27,1	31,2	24,1
População de 15 a 29 anos (%)		29,0	29,5	26,9
População de 30 a 59 anos (%)		36,7	32,5	38,2
População de 60 anos ou mais (%)		7,2	6,8	10,8
População ¹	População negra	6,8	6,4	7,6
	População parda	55,6	66,9	43,1
	População indígena	0,8	1,9	0,4
	População branca	35,3	23,4	47,7
	População urbana	73,6	73,5	84,4
	População rural	26,5	26,5	15,6
	Rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (2022)		R\$ 1.365,00	R\$ 1.175,29
Índice de Gini – do rendimento domiciliar <i>per capita</i> , a preços médios de 2022		0,46	0,53	0,54
Renda e desigualdade	Pobres (2003) (%)	27,0	40,1	37,6
	Extremamente pobres (2003) (%)	7,4	12,5	8,4
	População vivendo em aglomerados subnormais (2010) (%)	4,4	14,4	72,6
Taxa de desocupação (14+) (2021)		10,0	13,7	13,8
Trabalho	Taxa de formalização da força de trabalho (2022)	56,2	41,4	59,9
	Rendimento médio real de todos os trabalhos (2022)	R\$ 2.562,00	R\$ 2.195,00	R\$ 2.839,00
Taxa de analfabetismo (15+) (2019)		5,7	7,0	6,1
Educação	Média de anos de estudo (15+) (2019)	9,3	9,3	9,8
	População (14+) com cinco anos ou menos de estudo (2019) (%)	63,24	11,49	10,35

Fontes: Para proporção por idade, Sidra (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200>. Acesso em: mar. 2023); Incidência da pobreza, ver: IBGE Cidades 2003; IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua em 2021, acumulado de quintas visitas (Tabela 1.2 – Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação (UFs) do Brasil em 2021; Tabela 2.16 – Total e proporção de pessoas, por classes de rendimento domiciliar *per capita* selecionadas, segundo as Grandes Regiões e UFs do Brasil em 2021; Domicílios ocupados em aglomerados subnormais em relação ao total de domicílios ocupados (%), ver: Notas Técnicas do IBGE 2019 (disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: mar. 2023); Síntese de Indicadores Sociais, ver: IBGE Cidades 2021 (disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/45/95341>. Acesso em: mar. 2023); Rendimento médio real do trabalho principal, efetivamente recebido por trimestres (quarto trimestre de 2022), ver: Sidra 2022 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5436#resultado>. Acesso em: mar. 2023); Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais), ver: Sidra 2019 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7113#resultado>. Acesso em: mar. 2023); Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais, ver Sidra 2019 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7126#resultado>. Acesso em: mar. 2023). Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça e grupos de anos de estudo, ver: Sidra 2019 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7132#resultado>. Acesso em: mar. 2023).

Elaboração: *Pool* de Análise de Dados da Diretoria de Estudos e políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea).

Nota: ¹ Ano de referência: 2010.

APÊNDICE B

TABELA B.1

Taxa média de homicídios nos 52 municípios de Rondônia, por 100 mil habitantes

Municípios	2009- 2011	2010- 2012	2011- 2013	2012- 2014	2013- 2015	2014- 2016	2015- 2017	2016- 2018	2017- 2019	2018- 2020
Alta Floresta D'Oeste	18,7	22,9	19,0	30,2	33,2	29,4	19,8	17,1	27,3	29,1
Alto Alegre dos Parecis	22,9	30,5	22,8	15,2	20,3	17,7	22,7	20,2	30,2	27,7
Alto Paraíso	64,6	46,4	47,1	40,7	46,7	38,9	44,7	47,0	36,5	21,8
Alvorada D'Oeste	13,5	9,8	10,0	8,2	10,4	12,8	10,9	8,9	4,5	16,2
Ariquemes	65,6	62,0	67,8	64,9	55,4	53,8	51,3	47,6	39,6	32,8
Buritis	65,4	69,9	58,8	49,1	50,0	62,6	70,2	54,1	39,4	27,7
Cabixi	5,2	0,0	0,0	0,0	0,0	5,7	35,1	35,9	30,7	6,3
Cacaulândia	28,4	33,9	33,6	33,4	27,6	27,5	16,4	16,3	21,5	21,4
Cacoal	20,3	19,4	17,2	17,9	21,8	24,9	23,1	20,2	19,3	18,4
Campo Novo de Rondônia	90,0	89,1	60,5	64,9	44,5	36,7	24,3	26,4	28,6	21,2
Candeias do Jamari	32,9	41,4	46,2	55,1	54,8	64,3	63,8	52,8	39,8	32,5
Castanheiras	18,2	27,8	28,4	28,9	19,7	10,0	10,2	10,5	10,7	0,0
Cerejeiras	26,8	34,7	23,3	23,5	15,8	21,8	26,0	26,2	20,3	22,5
Chupinguaia	23,6	15,2	18,4	24,9	34,4	43,4	48,6	56,7	45,9	32,8
Colorado do Oeste	8,8	8,9	5,5	7,4	9,5	13,5	13,8	14,1	16,4	16,8
Corumbiara	14,8	18,9	27,0	15,8	20,1	28,8	25,3	30,1	17,6	22,6
Costa Marques	16,7	16,1	4,5	13,0	18,9	26,4	21,7	19,2	14,9	10,9
Cujubim	37,0	38,7	29,3	33,0	19,8	28,3	28,5	25,8	15,1	15,9
Espigão D'Oeste	11,3	7,9	8,9	12,1	17,4	22,5	22,3	20,0	18,7	18,5
Governador Jorge Teixeira	3,1	6,4	13,2	20,5	24,7	44,0	53,3	55,4	32,9	17,2
Guajará-Mirim	15,6	22,5	19,2	22,1	18,9	23,9	19,3	22,0	19,7	17,3
Itapuã do Oeste	22,8	26,1	36,5	25,0	31,5	44,6	47,2	43,0	26,0	15,9
Jaru	21,9	21,4	27,1	37,9	40,6	43,9	35,1	34,6	25,7	25,8
Ji-Paraná	15,4	5,0	8,8	15,2	20,8	27,5	31,0	30,0	24,8	20,2
Machadinho D'Oeste	58,6	45,8	41,6	46,3	51,7	55,0	45,6	34,9	23,0	16,7
Ministro Andreazza	25,2	15,9	19,3	32,4	49,1	59,6	60,2	43,9	34,2	17,3
Mirante da Serra	27,4	30,5	30,8	19,9	17,2	17,4	44,1	38,6	45,1	24,4
Monte Negro	67,1	73,2	58,8	49,2	66,4	70,1	65,0	40,8	48,9	54,7
Nova Brasilândia D'Oeste	14,8	24,6	22,9	31,1	26,2	40,8	31,0	32,6	27,7	26,1
Nova Mamoré	59,2	50,2	36,4	28,7	29,0	31,8	27,3	28,8	33,6	28,3

(Continua)

(Continuação)

Municípios	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Nova União	8,7	4,4	4,4	9,0	18,1	22,9	18,5	9,4	4,7	14,4
Novo Horizonte do Oeste	6,4	3,3	0,0	3,4	13,9	17,7	18,2	11,2	7,6	7,8
Ouro Preto do Oeste	24,9	29,4	20,1	26,4	16,9	21,5	13,5	17,3	14,7	20,4
Parecis	6,8	13,2	6,4	18,9	18,4	41,9	35,1	34,4	22,4	27,4
Pimenta Bueno	24,1	21,1	19,0	21,7	25,3	32,6	30,6	25,8	21,0	20,9
Pimenteiras do Oeste	0,0	0,0	28,7	43,4	43,8	29,5	29,8	30,1	15,2	0,0
Porto Velho	40,3	41,2	38,8	38,8	39,6	41,6	41,2	37,6	31,7	30,1
Presidente Médici	11,7	10,4	10,6	13,9	14,2	16,1	8,2	11,8	12,0	19,3
Primavera de Rondônia	9,2	18,9	19,4	39,7	40,7	31,4	21,5	11,0	11,3	11,7
Rio Crespo	78,6	87,4	48,0	28,4	18,7	9,3	9,2	9,1	9,0	35,4
Rolim de Moura	13,5	14,7	15,9	25,8	24,4	25,5	21,0	21,5	20,1	20,6
Santa Luzia D'Oeste	0,0	3,8	7,8	12,1	8,4	4,4	13,6	14,1	24,6	25,7
São Felipe D'Oeste	21,7	11,0	5,6	5,7	5,8	5,9	6,1	6,2	6,3	12,9
São Francisco do Guaporé	16,3	11,9	9,7	20,7	29,4	23,4	29,9	25,8	26,9	11,5
São Miguel do Guaporé	19,4	16,4	14,8	20,7	22,1	23,5	27,8	26,3	27,6	21,7
Seringueiras	16,8	22,4	25,2	19,6	11,2	2,8	11,2	14,1	16,9	11,3
Teixeirópolis	13,3	20,3	20,6	21,0	7,1	21,7	14,7	14,9	7,6	23,2
Theobroma	18,4	9,2	12,4	15,5	21,8	28,2	25,2	22,1	6,4	16,0
Urupá	15,1	12,8	10,4	13,2	10,7	8,2	8,3	11,2	11,4	14,5
Vale do Anari	31,2	51,1	40,2	39,5	12,9	22,2	28,1	33,8	27,2	26,8
Vale do Paraíso	7,9	0,0	4,1	4,2	8,7	8,9	13,6	18,6	19,1	34,2
Vilhena	26,9	26,1	23,0	30,5	41,5	54,7	52,9	48,4	38,0	39,1

Fontes: SIM/MS e IBGE.

Elaboração: *Pool* de Análise de Dados da Diest/Ipea.

Obs.: 1. Números de homicídios extraídos do Tabnet/Datasus/MS.

2. População obtida de População Residente Estimativas para o TCU (Tabnet/Datasus/MS).

TABELA B.2

Taxa média de homicídios, por 100 mil habitantes – Brasil, região Norte e UFs

Brasil, região Norte e UFs	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Brasil	27,5	28,2	28,5	29,3	29,1	29,7	30,3	29,9	27,0	24,3
Região Norte	35,6	36,8	36,1	36,5	37,4	40,3	43,9	46,0	43,5	38,4
Roraima	25,2	26,1	31,7	35,4	38,6	37,2	42,4	53,0	52,6	49,3
Amapá	33,2	35,2	32,5	33,6	34,3	40,3	45,0	49,4	47,4	46,3
Pará	42,2	42,6	41,3	42,3	43,5	46,2	50,2	52,9	49,1	41,7
Acre	22,2	24,0	26,5	29,0	28,8	33,6	44,6	51,2	48,7	39,3
Amazonas	31,5	35,0	35,1	33,6	33,6	35,2	38,3	38,4	39,1	35,9
Tocantins	23,9	25,4	25,4	25,3	27,4	32,1	35,6	36,7	33,9	32,0
Rondônia	33,1	32,2	29,9	31,4	31,6	35,4	34,6	32,4	27,6	25,9

Fontes: SIM/MS e IBGE.

Elaboração: *Poal* de Análise de Dados da Diest/Ipea.

Obs.: 1. Números de homicídios extraídos do Tabnet/Datasus/MS.

2. População obtida de População Residente Estimativas para o TCU (Tabnet/Datasus/MS).

3. UFs – Unidades da Federação.

TABELA B.3

Policiais mortos em confronto – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	0,4	0,4
Acre	0,4	-
Amapá	-	-
Amazonas	0,7	0,6
Pará	0,7	0,7
Rondônia	0,7	0,3
Roraima	0,4	-
Tocantins	-	-

Fonte: FBSP (2022).

Obs.: Em serviço e fora de serviço/taxa por 1 mil policiais na ativa.

TABELA B.4

Taxa de mortes decorrentes de intervenções policiais, por 100 mil habitantes – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	3,0	2,9
Acre	3,0	1,2
Amapá	12,9	17,1
Amazonas	2,4	2,3
Pará	6,1	6,2
Rondônia	1,1	0,6
Roraima	2,5	1,4
Tocantins	1,7	2,6

Fonte: FBSP (2022).

TABELA B.5

Taxa de feminicídios, por 100 mil mulheres – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	1,3	1,2
Acre	2,7	2,9
Amapá	2,1	0,9
Amazonas	0,8	1,1
Pará	1,5	1,5
Rondônia	1,6	1,8
Roraima	3,0	1,6
Tocantins	1,3	2,6

Fonte: FBSP (2022).

TABELA B.6

Taxa de homicídios femininos, por 100 mil mulheres – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	3,7	3,6
Acre	6,9	6,4
Amapá	4,6	5,2
Amazonas	3,2	5,2
Pará	4,2	4,2
Rondônia	6,3	5,5
Roraima	5,3	8,3
Tocantins	4,9	4,8

Fonte: FBSP (2022).

TABELA B.7

Taxa de estupro e estupro de vulnerável,¹ por 100 mil habitantes – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	29,7	30,9
Acre	34,4	64,7
Amapá	54,5	60,5
Amazonas	20,5	17,6
Pará	37,9	44,5
Rondônia	51,9	50,8
Roraima	66,9	83,3
Tocantins	51,8	51,8

Fonte: FBSP (2022).

Nota: ¹ Os dados informados nesta seção correspondem ao número total de vítimas de estupro e estupro de vulnerável consumados. A Lei Federal nº 12.015/2009 altera o conceito de "estupro", passando a incluir, além da conjunção carnal, os "atos libidinosos" e "atentados violentos ao pudor" (FBSP, 2022).

TABELA B.8

Taxa de violência doméstica: lesão corporal dolosa, por 100 mil mulheres – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	220,1	221,4
Acre	119,4	231,7
Amapá	203,1	283,0
Amazonas	112,2	123,0
Pará	151,6	198,6
Rondônia	485,1	445,6
Roraima	232,7	456,6
Tocantins	191,1	190,3

Fontes: FBSP (2022).

TABELA B.9

Perfil das instituições de segurança pública: efetivo – Rondônia (2020)

Instituição	Capital e RM	Interior	Total
Polícia Militar	2.285	2.938	5.223
Polícia Civil	879	793	1.496
Corpo de Bombeiros	316	434	750
Órgãos oficiais de perícia	87	78	165

Fonte: Senasp/MJ (2020). Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoIMDc0ZWVjYU90YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MmWYyLTRI0GRhNmJmZThlMSJ9>.

Obs.: RM – região metropolitana.

TABELA B.10

Perfil das instituições de segurança pública: estrutura – Rondônia (2020)

Instituição	Unidades operacionais		
	Capital e RM	Interior	Total
Polícia Militar ¹	9	9	18
Polícia Civil ²	66	64	130
Corpo de Bombeiros ³	3	14	17
Órgãos oficiais de perícia ²	6	8	14

Fonte: Senasp/MJ (2020). Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiMDc0ZWVjYtYjA1OS00YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjIiwidCI6ImVIMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>.

Notas: ¹ As dezoito unidades operacionais da Polícia Militar em Rondônia estão distribuídas em: onze batalhões (oito no interior e três na capital), seis batalhões especializados (todos na capital) e uma companhia independente (no interior).

² As 130 unidades operacionais da Polícia Civil em Rondônia estão distribuídas em: 48 delegacias (trinta no interior, dez na capital e oito na RM), 58 delegacias especializadas (dezoito no interior, vinte na capital e vinte na RM) e 24 postos/núcleos (dezesesseis no interior, quatro na capital e quatro na RM).

³ As dezessete unidades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar em Rondônia estão distribuídas em: cinco batalhões (quatro no interior e um na capital), dois batalhões especializados (todos na capital) e dez companhias independentes (no interior).

⁴ As quatorze unidades operacionais dos órgãos oficiais de perícia em Rondônia estão distribuídas em: nove de criminalística (oito no interior e uma na capital), uma de identificação, uma de medicina legal, um laboratório central e um laboratório de DNA forense (todos na capital).

TABELA B.11

Efetivo da ativa das polícias, por corporação – Rondônia (2021 e 2022)

Corporações	Números absolutos (2021)	Números absolutos (2022)
Polícia Militar	5.173	5.094
Polícia Civil	1.474	1.407
Corpo de Bombeiros	624	734
Perícia Técnica	270	263
Polícia Penal	2.351	2.339

Fontes: FBSP (2021; 2022).

TABELA B.12

Efetivo mobilizado em operações da Força Nacional (2019-2021)

Corporações	Números absolutos (2019)	Números absolutos (2020)	Números absolutos (2021)
Corpo de Bombeiros	2	6	3
Polícia Civil	21	8	4
Polícia Militar	93	68	36

Fonte: FBSP (2022).

Ocorreram quatro operações da Força Nacional no estado de Rondônia em 2019, três em 2020 e quinze em 2021. Em junho de 2021, a Força Nacional foi mobilizada para substituir forças policiais em cerco à fazenda Nossa Senhora Aparecida. A fazenda, resultado da divisão da Fazenda Nova Elina, em Corumbiara,³¹ foi ocupada pela Liga dos Camponeses Pobres (LCP) pouco depois, em referência aos 25 anos do massacre de Corumbiara (Holanda, 2021).

31. Entrevista com o secretário de Segurança Pública de Rondônia, em 5 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.sbt.com.br/jornalismo/sbt-rondonia/noticia/176122-seguranca-publica-balanco-das-acoes-da-forca-nacional-em-rondonia>. Acesso em: out. 2022.

